

Crise de identidade

JOAQUIM FALCÃO

Diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (RJ) e membro do Conselho Nacional de Justiça

Pouco a pouco vai ficando mais claro qual será um dos maiores desafios que os países líderes da civilização ocidental deverão enfrentar no século 21. Serão eles capazes de manter um modelo de sociedade com base nos direitos humanos e na democracia ou não? Serão eles capazes de manter um modelo de sociedade baseado nos ideais de liberdade, igualdade e ampla participação social ou não? Como diz Charles Clarke, ministro do Interior britânico, “é preciso que os juízes compreendam que as pessoas não aceitarão por muito tempo que o Estado não possa agir por causa dos direitos humanos”.

É inacreditável o arsenal legislativo de repressão que países como Inglaterra, Estados Unidos, França, Espanha e Itália estão adotando: restrição e confisco de celulares; proibição de se receber em casa mais de duas pessoas ao mesmo tempo; proibição de circular à noite nas ruas; autorização para manter pessoas presas por até um mês sem acusação formalizada; licença para os policiais atirarem para matar; perda da cidadania; competência para prefeitos expulsarem estrangeiros; proibição de o acusado ter sua situação analisada pelo Poder Judiciário, e por aí vamos. Há 20 anos, esses mesmos países caracterizariam essa legislação como “de exceção”, típica de países subdesenvolvidos.

O desafio da civilização ocidental está posto: direitos humanos versus segurança nacional, ou segurança global, como pretendem os americanos. Essa legislação — tornada rotineira e não mais de exceção, será usada contra nacionais e estrangeiros, contra outros países, no combate ao terrorismo, no controle das epidemias e na preservação do



meio ambiente, mas, também, na repressão aos protestos contra a pobreza, a exclusão social e a imigração ilegal.

Jacques Chirac denominou a França de “crise de identidade”. Afinal, o modelo de liberdade e igualdade que eles mesmos criaram não inclui os filhos dos imigrantes nos mesmos direitos dos outros franceses — educação, emprego, saúde, lazer. O próprio Chirac chama os jovens descendentes de imigrantes de “filhos e filhas da República”. O desafio é estimar se, para conter a desigualdade econômica, o Estado francês deverá sacrificar a liberdade individual.

Chirac hesita. Apela para as famílias. Ameaça processar os pais como co-responsáveis pela violência dos filhos. E, como o mercado capitalista não criou os indispensáveis empregos, o Estado francês cria 50 mil postos de serviço civil voluntário para esses jovens, numa espécie de salário-de-emprego para trabalhos comunitários. Tentativa de, à custa do erário, corrigir as distorções da competição tecnológica desempregante.

O que Chirac não disse aos franceses brancos é que, sem os imigrantes de outras cores, com sua mão-de-obra barata e sua cidadania de exclusão, a economia francesa enfrentaria problemas grandes numa globalização competitiva. Essa situação economicamente verdadeira é politicamente incômoda.

Seja por causa do terrorismo, da pobreza revoltada, da imigração ilegal, das pendências ou do meio ambiente, o fato é que o modelo ocidental será doravante posto à prova no século 21. Seus inimigos não são de fora. Nada de russos ou chineses. São internos: a exclusão e a violência. Fazem parte do modelo. A crise é de identidade. Segurança nacional global versus direitos humanos. O Brasil não sairá incólume.